Nota para a Imprensa

09.04.2025





1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

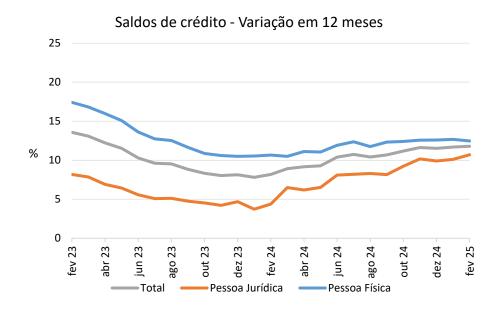
Em fevereiro, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro atingiu R\$18,8 trilhões (158,1% do PIB), com aumento de 1,7% no mês, refletindo, principalmente, o acréscimo de 3,6% nos títulos públicos de dívida. Em doze meses, o crédito ampliado cresceu 14,9%, com avanços de 16,9% nos títulos de dívida e de 11,4% nos empréstimos.

O crédito ampliado às empresas somou R\$6,6 trilhões em fevereiro (56,1% do PIB), acréscimo de 1,9% no mês, ressaltando-se os avanços de 3,8% nos empréstimos do SFN e de 1,5% nos empréstimos externos. Em relação a fevereiro de 2024, o crescimento de 19,2% da carteira decorreu, principalmente, das elevações de 27,5% em títulos de dívida e de 18,6% nos empréstimos externos.

O crédito ampliado às famílias situou-se em R\$4,3 trilhões (36,5% do PIB), com expansões de 0,4% no mês – reflexo do aumento de 1,8% nos empréstimos com outras sociedades financeiras - e de 12,5% em doze meses, refletindo, basicamente, o desempenho de 12,5% dos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

O estoque de crédito do SFN somou R\$6,5 trilhões em fevereiro, assinalando expansão mensal de 0,4%. Esse resultado decorreu dos incrementos de 0,5% no estoque de crédito às empresas e de 0,4% no destinado às familias, cujos montantes situaram-se em R\$2,5 trilhões e R\$4,0 trilhões, respectivamente. O ritmo de expansão em doze meses aumentou de 11,7%, em janeiro, para 11,8%, em fevereiro. Por segmento, observadas as mesmas bases de comparação, os estoques de crédito apresentaram comportamentos distintos, com aceleração de 10,1% para 10,7% nas operações com pessoas jurídicas e desaceleração de 12,7% para 12,5% no crédito às pessoas físicas.



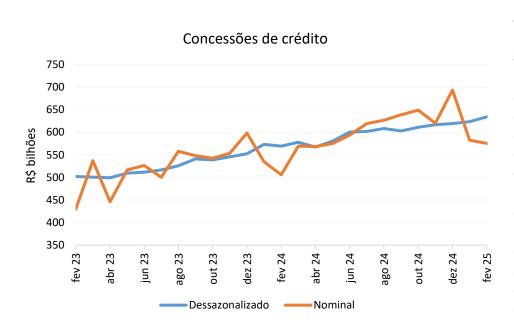
financiamentos para aquisição de veículos (-0,7%).

O estoque de crédito com recursos livres em fevereiro, somou R\$3,7 trilhões, assinalando estabilidade no mês e expansão de 11,3% em doze meses. O crédito livre para pessoas jurídicas aumentou 0,1% no mês e 9,8% em doze meses, situando-se em R\$1,5 trilhão. Esse resultado decorreu dos incrementos no capital de giro com prazo inferior a 365 dias dias (+7,9%) e na antecipação de faturas de cartão (+1,8%), atenuados pela redução nos



O crédito livre às pessoas físicas atingiu R\$2,2 trilhões em fevereiro, com estabilidade no mês e crescimento de 12,4% em doze meses. Esse resultado decorreu, principalmente, das diminuições das carteiras de cartão de crédito à vista (-2,2%) e crédito pessoal não consignado vinculado à composição de dívidas (-2,5%), contrabalanceado pelos incrementos em crédito pessoal não consignado (+1,4%), crédito consignado para beneficiários do INSS (+1,4%) e cartão de crédito rotativo (+2,6%).

O estoque de crédito com recursos direcionados somou R\$2,7 trilhões em fevereiro, acréscimos de 0,9% no mês e 12,5% em doze meses. O crédito direcionado às empresas cresceu 1,1% no mês e 12,2% em doze meses, totalizando R\$909,9 bilhões, enquanto o crédito direcionado às famílias somou R\$1,8 trilhão, com avanços de 0,9% e de 12,6%, na mesma ordem.



As novas contratações nominais de crédito do SFN atingiram R\$575,5 bilhões em fevereiro. Nas séries sazonalmente ajustadas, as concessões aumentaram 1,7% no mês, com avanço de 2,6% nas operações pactuadas com pessoas jurídicas e recuo de 0,5% nas contratadas por pessoas físicas. Nos doze meses acumulados até fevereiro, as concessões nominais cresceram 14,8%, incrementos de 18,4% nas

operações com empresas e de 12,1% nas pactuadas com famílias. As concessões médias diárias em fevereiro expandiram-se em 8,7% comparativamente ao mês anterior, ressaltando-se a ocorrência de dois dias útil a menos em fevereiro, comparativamente a janeiro.

A taxa média de juros das concessões aumentou 0,7 p.p. no mês e 2,6 p.p. em doze meses, situando-se em 30,5% a.a. Nas operações contratadas com empresas, a taxa média de juros atingiu 21,0% a.a., com redução mensal de 0,4 p.p. e aumento de 2,1 p.p. em doze meses. Nas operações contratadas com famílias, as taxas médias de juros avançaram 1,2 p.p. no mês e 2,7 p.p. comparativamente a fevereiro do ano anterior, alcançando 35,0% a.a.

O *spread* bancário, que mede a diferença entre as taxas médias de juros das operações de crédito e o custo de captação, atingiu 19,4 p.p., com incrementos de 1,1 p.p. no mês e 0,1 p.p. em doze meses.

No crédito com recursos livres, a taxa média de juros alcançou 43,7% a.a., com acréscimos de 1,5 p.p. no mês e 3,4 p.p. em doze meses. No crédito livre às empresas, a taxa média de juros recuou 0,2 p.p. no mês



e aumentou 2,3 p.p. em doze meses, situando-se em 23,9% a.a. Foram determinantes os recuos nas taxas médias de cartão de crédito rotativo (-39,2 p.p.) e de capital de giro com prazo até 365 dias (-5,4 p.p.).

No crédito livre às famílias, a taxa média de juros atingiu 56,3% a.a., com incrementos de 2,4 p.p. no mês e de 3,6 p.p. em doze meses. Esse resultado foi determinado, basicamente, pela elevação das taxas de juros das operações de cartão de crédito rotativo (+9,6 p.p.) e de crédito pessoal não consignado (+6,1%).

No mês, tanto o efeito da variação das taxas de juros (efeito taxa), quanto o efeito da alteração na composição dos saldos, foram determinantes para a elevação das taxas médias de juros do crédito livre, conforme a tabela a seguir.

Crédito com Recursos Livres

	Taxas méd	Taxas médias de juros (% a.a.)		Variações		
	jan/25	fev/25		Efeito	Efeito Saldo	Total
		101/20		Taxa		
Pessoa Física	53,9	56,3		1,6	0,8	2,4
Pessoa Jurídica	24,1	23,9		-0,2	0,0	-0,2
Total	42,2	43,7		0,9	0,6	1,5

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de toda a carteira de crédito do SFN, situou-se em 22,4% a.a. em fevereiro, avançando 0,3 p.p. no mês e 0,5 p.p. em 12 meses.

O percentual de inadimplência do crédito total do SFN, considerados os atrasos superiores a 90 dias, alcançou 3,3% da carteira em fevereiro, com aumento de 0,1 p.p. no mês e estabilidade em doze meses.

Nas operações de crédito livre, o percentual de inadimplência alcançou 4,5% da carteira, com alta mensal de 0,1 p.p. e recuo de igual intensidade em doze meses. No crédito livre às pessoas jurídicas, a inadimplência alcançou 2,9% da carteira, com aumento de 0,1 p.p. no mês e redução de 0,4 p.p. em doze meses. A inadimplência do crédito livre às pessoas físicas assinalou estabilidade mensal e alta de 0,1 p.p. em doze meses.

O endividamento das famílias situou-se em 48,7% em <u>janeiro</u> (maior nível desde junho de 2023), com elevações de 0,3 p.p. em relação ao mês anterior e de 0,9 p.p. em doze meses. O comprometimento de renda aumentou 0,3 p.p. no mês e 1,5 p.p. em doze meses, alcançando 27,3%, maior nível desde julho de 2023.

3. Agregados monetários

A base monetária totalizou R\$440,9 bilhões no mês de fevereiro, com expansões de 0,2% no mês e de 6,3% em doze meses. No mesmo período, o volume de papel-moeda em circulação encolheu 0,3% e as reservas bancárias subiram 2,3%.



Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, impactaram de forma expansionista as operações do setor externo (R\$6,8 bilhões), as operações com títulos públicos federais (R\$4,8 bilhões, resultado de colocações líquidas de R\$141,3 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$146,1 bilhões no mercado secundário) e os depósitos de instituições financeiras (R\$32,5 bilhões, influenciados principalmente pela liberação de recursos de caderneta de poupança, +R\$3,3 bilhões; de depósitos a prazo, +R\$10,6 bilhões; e de depósitos voluntários a prazo, +R\$17,5 bilhões). Com impacto contracionista, contribuíram as operações do Tesouro Nacional (R\$15,2 bilhões) e as operações com derivativos (R\$7 bilhões).

Os meios de pagamento restritos (M1) somaram R\$627,8 bilhões, crescimento de 0,4%, resultado do incremento de 2,3% nos depósitos à vista e do recuo de 1,5% no papel-moeda em poder do público. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 retrocedeu 0,4% no período.

Os agregados monetários no conceito M2 aumentaram 0,9% no mês, com saldo total de R\$6,6 trilhões, refletindo o crescimento do M1 e do saldo dos títulos privados emitidos por instituições financeiras (+1,2%), que totalizou R\$5,0 trilhões em fevereiro. No período, o saldo dos depósitos a prazo cresceu 0,6%, enquanto os saldos das letras financeiras e das letras de crédito cresceram, respectivamente, 3,1% e 2,5%. O saldo dos depósitos de poupança recuou 0,2% (R\$1,0 trilhão). O M3 avançou 0,7% em fevereiro, totalizando R\$12,1 trilhões, resultado do crescimento do M2 e do saldo das quotas de fundos monetários, que totalizou R\$5,3 trilhões (+0,3%). As operações compromissadas com títulos públicos federais avançaram 1,4%, enquanto as operações com títulos privados aumentaram 3,7%. O M4 cresceu 1,4% no mês, totalizando R\$13,6 trilhões. Em 12 meses, expansão de 12,2%.

4. Limitação do montante de juros e encargos financeiros em cartões de crédito

A <u>Lei nº 14.690</u>, de 3 de outubro de 2023, determinou que, no crédito rotativo e no parcelamento do saldo devedor das faturas de cartões de crédito e de outros instrumentos de pagamento pós-pagos, o montante total cobrado a título de juros e encargos financeiros não poderá exceder o valor original da dívida.

Visando contribuir para o acompanhamento dos efeitos dessa legislação, o Banco Central passou a divulgar em página específica os percentuais acumulados dos montantes de juros e encargos nas operações de cartão rotativo e parcelado a partir da entrada em vigor da lei. Esses dados mostram a distribuição de frequência da proporção dos montantes de juros e encargos financeiros cobrados pelas instituições financeiras em relação ao valor original da dívida e estão disponíveis no endereço www.bcb.gov.br/estatisticas/juros-cartao-de-credito ou pelo caminho Estatísticas > Taxas de Juros > Juros acumulados no cartão de crédito.



		Porcontil 25	Percentil 50	Porcontil 75	Porcontil 00
BANCO BMG S.A.	nov/24	10,73	21,44	36,20	81,93
	dez/24	10,73	21,45	36,22	81,95
	jan/25	9,74	19,48	36,13	81,94
	fev/25	10,73	21,44	36,20	81,93
BANCO BRADESCARD	nov/24	4,56	12,93	22,77	82,96
	dez/24	4,12	12,87	22,94	85,69
	jan/25	5,56	16,84	28,88	91,18
	fev/25	5,25	16,61	28,18	88,13
BANCO BRADESCO S.A.	nov/24	8,74	18,24	32,09	82,41
	dez/24	9,11	18,13	33,15	86,81
	jan/25	9,46	18,93	34,71	88,67
	fev/25	7,18	18,52	35,00	92,52
BANCO BV S.A.	nov/24	4,22	11,60	25,72	86,76
	dez/24	4,22	11,02	25,76	89,00
	jan/25	4,17	10,84	26,92	95,12
	fev/25	4,62	12,73	31,15	99,99
BANCO C6 S.A.	nov/24	3,72	6,68	15,12	42,11
	dez/24	4,08	7,15	15,50	44,44
	jan/25	4,08	7,72	18,16	62,42
	fev/25	4,07	7,48	17,47	63,16
BANCO CSF S.A.	nov/24	7,11	16,47	29,81	88,38
	dez/24	7,11	16,47	31,08	89,86
	jan/25	8,85	18,39	33,02	90,32
	fev/25	8,84	18,64	32,95	91,31
BANCO PAN	nov/24	5,18	14,80	22,67	65,73
	dez/24	5,40	14,99	22,26	68,84
	jan/25	5,41	15,00	23,17	68,85
	fev/25	5,21	15,00	23,17	68,92
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.		6,14	16,42	26,51	81,53
	dez/24	6,10	16,08	27,25	71,22
	jan/25	5,84	16,62	28,74	70,16
	fev/25	6,20	17,04	31,67	70,25
BCO DO BRASIL S.A.	nov/24	1,47	5,98	15,68	49,73
	dez/24	1,45	8,16	15,74	60,16
	jan/25	1,59	8,76	16,32	63,87
	fev/25	2,25	12,20	17,24	74,28
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	nov/24	4,49	7,11	13,15	44,48
	dez/24	5,07	8,08	14,06	46,76
	jan/25	4,73	8,17	14,85	50,70
	fev/25	5,15	8,40	15,28	54,10
ITAÚ UNIBANCO S.A.	nov/24	4,36	12,36	28,07	100,00
	dez/24	5,58	13,91	30,66	100,00
	jan/25	5,34	15,03	33,19	100,00
	fev/25	5,45	15,25	34,30	100,00
LUIZACRED S.A. SCFI	nov/24	4,76	13,30	28,62	100,00
	dez/24	6,01	14,66	31,06	100,00
	jan/25	5,19	14,58	32,74	100,00
	fev/25	5,38	15,10	33,95	100,00
NU FINANCEIRA S.A. CFI	nov/24	4,58	12,72	26,92	92,45
-	dez/24	4,67	12,22	26,64	94,32
	jan/25	4,58	12,72	26,85	95,93
	fev/25	4,58	12,10	24,10	96,47
PORTOSEG S.A. CFI	nov/24	5,84	14,78	28,52	95,07
	dez/24	6,36	15,26	30,10	97,29
	jan/25	6,44	16,70	33,15	99,73
	fev/25	6,33	17,02	33,33	100,00
REALIZE CFI S.A.	nov/24	3,88	7,72	17,99	79,40
	dez/24	4,51	7,72	17,86	76,77
	jan/25	4,01	7,08	17,99	76,77
	fev/25	4,50	7,08	17,20	76,76
	- ·· = v	.,50	.,	,_0	